

III Congreso Internacional de Posgrados en Investigación Latinas en Administración y Estudios Organizacionales

Tema: La Administración y los Estudios Organizacionales en el Contexto Latinoamericano.

Tema 4. Universidades, producción de conocimiento y transformación social

Título: Os projetos pós-universitários de graduandos em Administração: a universidade como possibilidade de transformação ou exacerbação do individualismo?

Autora: Profa. Geruza Tavares D'Avila – Departamento de Administração e Turismo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – *Campus Nova Iguaçu/RJ*

Introdução

“(...) a própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação causa/efeito, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros efeitos ilusoriamente desejáveis, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas causas” (Mészáros, 2008, p. 76)

Inicia-se tal artigo com a citação de Mészáros (2008), a respeito de uma “crise estrutural do capitalismo”, numa tentativa de situar o momento de crise vivenciado nas sociedades capitalistas. Sem embargo, as transformações substanciais em todas as esferas da vida humana, ainda assim, não manifestam rupturas com a “lógica do regime capitalista de acumulação” (Coutinho, 2009).

Logo, o lócus destas transformações é a própria sociedade e nela, o neoliberalismo tem se proliferado amplamente nas últimas décadas. Sinteticamente, o neoliberalismo corresponde a uma série de políticas socioeconômicas implantadas em quase todos os países do Ocidente, sob diversos tons e matizes, preocupando diversos cientistas sociais, sobretudo em países considerados de Terceiro Mundo. Ao refletir sobre a situação supracitada, Anderson (2012) afirma que economicamente esta política fracassou, uma vez que não revitalizou o capitalismo avançado, no entanto, socialmente, atingiu muito dos seus objetivos, pois as sociedades tornaram-se acentuadamente mais desiguais, ainda que não tão desestatizadas como previa o projeto original.

Ao analisar as consequências das políticas de ajuste neoliberal, Salama (2012) chama a atenção para aquelas que em sua concepção foram as mais graves, especialmente na América Latina: o alargamento das desigualdades sociais e a “quebra do aparato industrial”. Para o autor, tais efeitos negativos são apresentados como decorrência da falha do próprio Estado, no entanto, são suprimidos dos discursos veiculados na mídia que as consequências destas políticas foram geradas por governos neoliberais, mas que em diversas ocasiões acessaram o poder com políticas que nem sempre eram de orientação liberal. Em suas palavras,

o neoliberalismo fracassa e, quando o faz, as razões não são atribuídas ao próprio programa de ajuste, mas à aparente ausência do mercado e à onipresença do Estado. (...) Por outro lado, seus aparentes e frágeis ‘sucessos’ foram de um

altíssimo custo social, transformando ao próprio neoliberalismo em uma experiência débil (Salama, 2012, p. 51-52).

Desta forma, as políticas neoliberais atingem a todos os sujeitos, mas de forma especial aos jovens trabalhadores, particularmente aqueles que buscam as Instituições de Ensino Superior (IES) como forma de “garantir” a sua inserção profissional. Assim, o presente texto trata de uma pesquisa de campo numa disciplina optativa cujo conteúdo direcionava-se para as questões da “carreira” na contemporaneidade. A própria Universidade frequentada pelos estudantes nasce a partir da implantação de algumas políticas públicas, estas relacionadas ao ensino superior brasileiro, as quais repercutem nas trajetórias sócio profissionais dos jovens graduandos. No presente texto, o interesse é voltado para aqueles frequentadores de um curso de graduação em Administração, não por acaso, um dos cursos que mais cresce em termos de matrículas no ensino superior brasileiro nos últimos anos.

A pesquisa de campo foi realizada com estudantes finalistas do curso de graduação em Administração noturno numa universidade federal da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi problematizar se a universidade e o curso realizado por estes graduandos vem possibilitando a construção de projetos pós-universitários voltados à transformação social ou, se por outro lado, estes projetos se coadunam com a lógica hegemônica vigente, qual seja, a do individualismo exacerbado.

Considera-se, ademais, que o curso universitário é parte importante dessa trajetória ocupacional, uma vez que o jovem precisa escolher uma graduação e uma IES para realizar tal curso, ainda mais numa região tão marcada pelas desigualdades sociais, tal como o é a região da Baixada Fluminense, lócus da pesquisa. Nesse momento este jovem cidadão se depara com o sistema de ensino, com as instituições de ensino e, em última instância, com o próprio Estado¹, uma vez que este, “em sentido estrito vem a ser, pois, as instituições” (Linares, 2010, p. 26).

A ampliação do acesso ao ensino superior, cursos de Administração e trajetórias sócio profissionais

Nos últimos anos, o acesso às universidades públicas brasileiras vem aumentando significativamente. A forma predominante de seu acesso, o tradicional Exame Vestibular, também vem sendo substituído pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma prova aplicada de forma unificada pelo Ministério da Educação (MEC). Presencia-se, ademais, a criação de novas universidades bem como de novos *campi* de antigas universidades, interiorizando a universidade pública e criando condições para que o alunado que trabalha e pretende cursar o ensino superior no turno noturno, possa, finalmente, fazê-lo, dentre outras iniciativas descritas no Plano de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2008).

¹ Para Linares (2010, p. 26) “quando definimos Estado, estamos falando de elementos diversos, tão objetivos e materiais como as Forças Armadas e o sistema de ensino, e tão etéreos – mas, com efeito, igualmente materiais – como crenças, obediências, submissões e símbolos”.

Cabe mencionar, no entanto, que o modelo de expansão desse sistema de ensino distingue-se “pela proeminência cada vez maior do mercado educacional, de sua questionável regulação e das consequências disso para a formação universitária e para a própria identidade de suas instituições ou do sistema universitário” (Sguissardi, 2008, p. 993). Sem embargo, as maiores oportunidades de acesso quanto ao ensino de nível universitário para uma população que dantes não teria condições de finalizar quiçá o ensino de nível médio, coaduna-se com Silva (2010, p. 89), pois ainda assim “se escondem diferenças sociais profundas que marcam o “lugar” de cada um” na sociedade contemporânea.

Sguissardi (2008, p. 992) propõe como ponto de partida para as reflexões quanto às políticas públicas brasileiras que vem sendo adotadas quanto à Educação, especificamente, no Ensino Superior: “Qual relação existe entre a atual crise financeira mundial e o *modelo* de expansão da educação superior no Brasil?” Argumenta Sguissardi (2008) que tal questionamento é fundamental para os analistas das políticas no ensino superior uma vez que são veiculadas notícias sobre:

primeiro, das ações do governo federal expandindo vagas e titulações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, seja pela expansão do número de instituições, seja, ainda, mediante programas de reestruturação do setor; segundo, do expressivo aumento de IES com fins lucrativos, isto é, privado/mercantis, e da acelerada multiplicação de ‘aquisições’ e ‘incorporações’ de IES isoladas e mesmo ‘redes’ universitárias ou fundos de investimento; terceiro, das dificuldades enfrentadas pelos órgãos estatais com função reguladora em promover a regulação e o controle do sistema (Sguissardi, 2008, p. 993).

Este é o panorama, ainda que resumido, enfrentado por todos os envolvidos com o sistema de ensino superior no Brasil, onde os governantes vem adotando cada vez mais um modelo de expansão baseado, nas palavras de Sguissardi (2008), numa “*sociabilidade produtiva*”, concepção estreita e neopragmática e, vinculada à mercadoria-educação². Observa-se, neste caso, que a universidade acaba reduzida a apenas uma de suas funções primordiais: a de formação profissional. Por decorrência, a Educação acaba sendo reduzida, também, a uma mercadoria, em que todos os usuários do sistema educacional passam a ser considerados como consumidores e, como tal, assumem essa função: materializa-se, assim, o processo de mercadorização da educação superior (Rodrigues, 2006; Sguissardi, 2008). Assim, um dos principais objetivos de uma parte da população que procura os bancos escolares em nível superior, em tempos de empregabilidade, acaba reduzindo-se, portanto, em aumentar a sua qualificação profissional através do título/diploma universitário e, assim, ter condições de disputar um espaço no competitivo “mundo do trabalho” (D’Avila, Veriguine, Basso e Soares, 2011).

A condução para a “universalização do atendimento escolar e à formação para o trabalho” (Vargas e Paula, 2013, p. 460) constituem uma das preocupações dos Planos Nacionais de Educação (PNE) cujos objetivos, em geral, são a manutenção e o

² Sguissardi (2008) chama atenção para as categorias educação-mercadoria e mercadoria-educação, duas formas básicas da burguesia encarar a educação escolar, assim assinalados por Rodrigues (2006) em suas pesquisas.

desenvolvimento do ensino em suas diversas esferas, níveis e modalidades. De acordo com Vargas e Paula (2013), o PNE de 2001, no meio de sua execução, ainda não havia atingido parcela significativa no que se referia ao ensino superior. Então,

de forma a implementar as metas do PNE, o governo Lula adotou uma série de políticas. Dentre outras: criou novas universidades públicas e multiplicou *campi* de antigas universidades fora das capitais, ofertou bolsas em instituições particulares (PROUNI), ampliou o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e preconizou uma política de cotas. (Vargas e Paula, 2013, p. 460).

Foi também desse período a criação do Decreto nº 6.096/2007, quando da elaboração do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Gregório, Rodrigues e Mancebo (2012), ao realizar análise detalhada de alguns Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) antes do REUNI, consideram que

as diretrizes preconizadas pelo Reuni são, em grande medida, expressão das ações anteriormente praticadas em muitas universidades federais do País e, portanto, que o processo de reconfiguração da Educação Superior pública tem ocorrido de forma compartilhada entre governo federal, através do Ministério da Educação (MEC), reitores e importantes setores da sociedade. (Gregório, Rodrigues e Mancebo, 2012, p. 988).

Sendo assim, concorda-se com estes autores quando consideram “que as políticas governamentais para a Educação Superior se orientam pelos princípios da Reforma do Estado no Brasil, em curso desde 1995, e pela reconfiguração da economia nacional de acordo com a mundialização e a financeirização do capital” (Gregório, Rodrigues e Mancebo, 2012, p. 988). De todo modo, em que pese seu alinhamento às políticas neoliberais, tanto o Reuni quanto outros programas que visam a expansão do ensino superior, ampliam o acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para algumas camadas da sociedade as quais, anteriormente, não conseguiam acessá-las. É o caso, por exemplo, de alguns jovens trabalhadores residentes numa região marcada por severas desigualdades sociais, qual seja, a Baixada Fluminense.

O estudo de Furlani (2001) com estudantes do ensino superior noturno na região santista, em São Paulo, ponderou sobre a presença de pessoas de diversos estratos sociais que durante o dia trabalham e à noite frequentam a universidade, provavelmente cansados, com sono e fome. Em suas considerações a autora enumera os motivos pela busca do ensino superior nessas condições:

Desejo de fazer o que gosta (é o que a maioria fala), desejo de se desenvolver como pessoa e profissional, desejo de fazer algo que tenha colocação mais garantida no mercado de trabalho e maiores ganhos, desejo de ter apenas um diploma que, se não lhes der emprego, pode (quem sabe?) abrir outra porta, uma alternativa secundária, de segunda mão, porém viável. Desejo de ter autonomia e realizar ideias próprias; desejo de encontrar algo de que talvez nem se deram conta ainda, que acrescente à monotonia de suas vidas outros ingredientes (Furlani, 2001, p. 157).

Como apontado na citação anterior, Educação e Trabalho relacionam-se na vida de todos. Gentili (2005) expõe três teses sobre a relação entre o trabalho e a educação nesses “tempos neoliberais”: 1) A Teoria do Capital Humano (TCH) não está esgotada, pelo contrário, faz nova promessa integradora nomeada agora de empregabilidade; 2)

Esta seria “o eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade – também estrutural – da educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática” (Gentili, 2005, p. 52) e, 3) a desintegração social promovida pelos regimes neoliberais, em contextos marcados por um aumento significativo dos índices de escolarização, demonstra que a educação e o desenvolvimento se relacionam e influenciam, mas não, necessariamente, de uma forma positiva” (Gentili, 2005, p.56).

Cabe salientar que a inserção profissional é um processo social engendrado nas e pelas relações sociais entre os sujeitos e as instituições em que estes fazem parte em distintos momentos de suas vidas (Silva, 2009). Além disso, o lócus dessa inserção profissional dá-se na relação capital-trabalho, mas compreende também e, fundamentalmente, todo o sistema de ensino, responsável também pela formação profissional dos sujeitos. Considera-se, destarte, que a busca por uma universidade, sobretudo aquelas de iniciativa pública, pode representar uma possibilidade de trabalhar não só para garantir a sobrevivência, mas também de atuar em sua área de formação profissional, assim como viabilizar uma mobilidade social.

Num contexto de crescente flexibilização e precariedade no mundo do trabalho, a Educação, assim como aponta o estudo de Ribeiro (2011), é internalizada pelo seu “valor instrumental, como valor de troca, não valor de uso” (Ribeiro, 2011, p. 66). Logo, questiona-se no presente trabalho como a universidade e os cursos de graduação são internalizados pelos jovens quando do término do período universitário, em suas pretensões pós universitárias. Sabe-se que

algumas áreas não apresentam muitas perspectivas profissionais e muitos recém-graduados acabam por trabalhar numa área bastante diversa daquela em que se formaram. Na busca incessante por um posto de trabalho, há, inclusive, pessoas que buscam uma atividade laboral que exija menor qualificação do que possuem. (Verigine, Krawulski, D'Avila e Soares, 2010, p. 81).

Em relação aos cursos de Administração, estes foram inaugurados no Brasil em 1954 seguindo os moldes das *business schools* estadunidenses (Motta, 1983). Desse período até os dias de hoje, o curso de Administração é um dos que mais cresce em termos de número de cursos universitários, assim como pelo aumento da relação candidato por vaga nos processos seletivos das universidades. Uma das razões para esse aumento em progressões geométricas pode ocorrer pelo custo mais baixo para implantação desse curso, em relação a outros cursos de graduação, bem como a exigência legal para abertura do curso que é relativa quanto à autorização oficial (Luna, 2008).

Cabe lembrar, no entanto, assim como já afirmava Motta (1983) no início da década de 1980, “Nota-se, claramente, que as escolas de administração não estão formando administradores-políticos; imbuídos de uma visão transformadora da realidade social, em que pese ao conteúdo relativamente crítico de alguns programas” (Motta, 1983, p. 55).

Luna (2008) ao problematizar as relações entre a reestruturação produtiva e o aumento expressivo do número de administradores no país, considera que este aumento pode ser explicado sim, em parte, pelo desenvolvimento daquele processo, uma vez que

No momento em que os graduados em Administração passam a executar seus trabalhos não mais exclusivamente mediante cargos relacionados à alta direção

das organizações (o que ficou evidente em uma das empresas investigadas), a situação de trabalho dos administradores brasileiros se transforma, uma vez que, além de desenvolver suas atividades em diferentes níveis hierárquicos – com variados graus de autonomia, desde os mais baixos – eles muitas vezes não chegam a ocupar cargos de liderança formal, sobretudo nas organizações contemporâneas. De fato, a maior parte dos administradores brasileiros nem ao menos trabalha em uma área relacionada à sua formação (Luna, 2008, p. 243)

Enfim, corrobora-se com Ribeiro (2011) no que diz respeito a construção das carreiras: “pode-se dizer que as pessoas não teriam mais uma carreira, como tradicionalmente se dizia dela como um projeto social e coletivo acabado ao qual se adaptava, mas teriam que construir sua carreira na relação com o mundo” (Ribeiro, 2011, p. 60). Infelizmente, o medo do desemprego parece ser um dos elementos balizadores das trajetórias e projetos profissionais dos universitários.

Método

O campo desta pesquisa foi uma disciplina optativa oferecida pelo Departamento de Administração num dos recém criados *campi* da referida universidade, cuja ementa aborda temáticas como a escolha profissional, a qualificação e as competências profissionais, o ingresso e a permanência no “mundo do trabalho” e a empregabilidade, por exemplo. Essa optativa segue os moldes da disciplina oferecida em outras universidades brasileiras cuja a ementa é similar. No caso da disciplina “Orientação e Planejamento de Carreira” oferecida pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, os estudantes explicavam sua procura pelo componente curricular:

Os alunos buscam a matéria para obterem conhecimento de si mesmos e informações sobre os processos de seleção e admissão de emprego, constituindo um momento de pensar em si mesmo, e também, em estratégias de inserção no mundo do trabalho. A participação de alunos de diferentes cursos de graduação ampliou a visão do mundo do trabalho dos participantes da disciplina, sendo que esta se configurou num espaço dentro da universidade para apoio emocional nesse momento de transição e para a troca e o compartilhamento de ideias, sem um julgamento técnico específico (Veriguine, Krawulski, D'Avila e Soares, 2010, p. 92).

Assim sendo, os sujeitos desta pesquisa foram 11 estudantes do curso de graduação em Administração, 7 mulheres e 4 homens, com média de idade de 23 anos, matriculados naquela disciplina e que aceitaram o convite para participação no estudo. A tabela a seguir sintetiza tais características.

	Suj. 1	Suj. 2	Suj. 3	Suj. 4	Suj. 5	Suj. 6	Suj. 7	Suj. 8	Suj. 9	Suj. 10	Suj. 11
Sexo	F	M	F	M	M	F	F	M	F	F	F
Idade	21	21	20	23	22	29	23	24	24	23	21

Período do curso	7º	7º	7º	7º	7º		7º	7º	7º	7º	7º
------------------	----	----	----	----	----	--	----	----	----	----	----

Tabela 1: Organização das informações dos respondentes. Fonte: Informações da pesquisa. Obs: F refere-se ao sexo feminino; M ao masculino; O período do curso, nesse caso, corresponderia ao 1º semestre até o 8º, quando da finalização do mesmo.

Todos foram informados sobre os preceitos éticos norteadores da pesquisa com seres humanos estipulados, no Brasil, pela Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. O instrumento de pesquisa foi um questionário contendo duas frases para completar, a saber: 1) “Com a universidade, pretendo...” e, 2) “Com o curso de graduação em Administração, pretendo...”.

Às informações levantadas, foi aplicada a técnica de Análise de Conteúdo em sua forma temática, construindo duas categorias de análise: com a universidade, o crescimento e com o curso de graduação em Administração, a inserção profissional.

Resultados

Os resultados aqui apresentados correspondem as duas categorias de análise construídas na articulação das informações levantadas junto aos respondentes com o levantamento teórico escolhido.

Com a universidade, o crescimento

A maioria dos respondentes elucidou o aspecto do crescimento, seja ele pessoal ou profissional, em sua interlocução com a universidade. As respostas abaixo sintetizam essa ideia:

Conquistar uma posição dentro do mercado de trabalho como profissional graduada, possibilitando crescimento profissional dentro da organização em que trabalho (Suj. 1)

Extrair o máximo de conhecimento que possa me garantir uma boa base para ingressar na carreira pública (Suj. 2)

Adquirir conhecimento e qualificação para me inserir no mercado de trabalho e também colaborar para meu crescimento como pessoa e cidadã (Suj. 3)

Adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre área que desejo atuar profissionalmente (Suj. 4)

Com a universidade pretendo adquirir conhecimentos para aplicar no mercado de trabalho. A universidade traz a possibilidade de se atualizar a cada disciplina e contato com profissionais de outras áreas (Suj. 5)

Adquirir o conhecimento necessário para a minha formação profissional (Suj. 6).

Desta forma, ao buscar a universidade como um projeto de crescimento em suas vidas, os jovens apontam o ensino superior como uma forma de alcançar um posto no mercado de trabalho, tal como analisado na dissertação de D'Avila (2006), em que o ensino superior configurou-se como um projeto profissional para “ser alguém”.

Em outros relatos, os jovens buscam na universidade uma melhoria em suas condições socioeconômicas, especificamente. São exemplos os seguintes casos:

Conseguir melhorar minha condição financeira e qualidade de vida (Suj. 7).

Obter conhecimento para alcançar posições bem remuneradas, e que me permitam crescer profissionalmente (Suj. 9).

Cargos e salários melhores (Suj. 10).

Assim, como também foi mencionado no estudo de Ribeiro (2011), os jovens apontam a educação como meramente instrumental, como valor de troca e não com um fim si mesma. Nesse sentido, observa-se o quanto os jovens internalizam alguns valores veiculados pela ideário neoliberal, em que cada um é responsável pelo seu próprio sucesso e a educação cumpriria sua promessa integradora conforme citada Gentili (2005).

Apenas uma respondente explicou que ao ingressar na universidade, suas pretensões profissionais relacionavam-se ao ingresso no mercado de trabalho, mas ao vivenciar o curso universitário, as funções da universidade mostraram-se mais amplas do que apenas o projeto da profissionalização.

Com a universidade, neste momento não estou satisfeita, pois gostaria de participar muito mais da vida da instituição, podendo participar de projetos e eventos estudantis, sempre com o objetivo de compartilhar conhecimento. O que me impede neste momento é a falta de tempo, pois preciso trabalhar para poder suprir outras necessidades básicas da vida (Suj. 11, Feminino, 21 anos)

Neste ponto, marca-se a função universitária da formação (profissional, pessoal, política, etc.), priorizando uma formação mais substantiva, sobretudo no ensino superior noturno, cujo alunado configura-se muito mais como um trabalhador-estudante (Vargas e Paula, 2013) e que tem seu tempo limitado – pela necessidade do emprego para as práticas acadêmicas.

Por outro lado, um dos estudantes mencionou o caráter crítico e político do qual Motta (1983) explicitava acerca dos cursos de graduação em qualquer universidade, não só no curso de Administração.

Obter a capacidade de analisar criticamente as informações que me serão passadas e absorver de forma analítica os conteúdos passados (Suj. 8).

Assim como Luna (2008) observou em seu doutoramento, parece que a maioria dos respondentes encontra-se num processo de gerir sua própria trajetória, adquirindo características de empresários de si mesmos.

Com o curso de graduação em Administração, a inserção profissional

Os resultados apontam uma tendência do alunado a limitar suas pretensões pós-universitárias quanto ao ingresso no mundo laboral. Esses projetos profissionais relacionam-se aos seus objetivos de curto prazo, uma vez que estão prestes a se formarem e esperam que os conhecimentos obtidos na universidade possam lhes ajudar nessa inserção.

As oportunidades de trabalho também me fizeram escolher esse curso (Suj. 5)

Ter a oportunidade de conhecer diversas áreas da Administração, atuar em grandes organizações e agregar cada vez mais conhecimentos e habilidades profissionais (Suj. 1)

Ter uma noção exata do que é exigido de um administrador assim como a evolução e as tendências da profissão (Suj. 2).

Dois respondentes esperam após a conclusão do curso universitário concluir outros objetivos, profissionais e de vida. Dessa forma, o projeto do ensino superior configurou-se como parte integrante de outros projetos destes sujeitos.

Ocupar cargo de gestão de pessoas com o objetivo de chegar à gerência (Suj. 10).

Direcionar minha carreira e me profissionalizar, ou pelo menos iniciar esse processo, que será somente o primeiro passo em busca dos objetivos preestabelecidos (Suj. 8)

Dessa forma, mesmo com a limitação do uso de um questionário para o levantamento das informações para esta pesquisa, os universitários pensam e projetam um futuro quando da conclusão de seus cursos de graduação, diferente dos jovens oriundos do ensino médio, trabalhadores que fizeram parte da pesquisa de Ribeiro (2011). Vale ressaltar que, apesar dos respondentes desta pesquisa mencionarem seus projetos pós-universitários, estes projetos sintetizavam objetivos estritamente relacionados ao processo de profissionalização, de “ajustar-se” em um mercado de trabalho, no âmbito das organizações. Conforme destaca Ribeiro (2011, p. 65), a partir das informações de sua investigação, os jovens entendem que “O mundo é este e a tarefa posta a todos(as) é lutar para se adaptar e, quanto melhor a adaptação, mais chance de sucesso”.

O projeto de inserção na carreira em instituições públicas foi mencionado por quatro estudantes, o que parece ser uma tendência dos profissionais como uma estratégia de enfrentamento do desemprego no país nos últimos anos (Albrecht e Krawulski, 2011).

Atuar no setor público como administrador (Suj. 4)

Participar de concursos públicos voltados para a área. (Suj. 6).

Prestar concurso público na área do judiciário (Suj. 9)

Expandir minha carreira profissional, poder fazer concursos em que são exigido o ensino superior (Suj. 10)

Apesar de os estudantes mencionarem o curso de Administração como um curso capaz de propiciar diversas oportunidades profissionais, apenas um deles indicou a intenção de abrir seu próprio negócio e tornar-se empresário, contrariando algumas diretrizes do Projeto Político Pedagógico deste curso de graduação, especificamente.

Primeiramente atuar em algumas organizações e futuramente abrir meu próprio negócio (Suj. 3)

Enfim, uma das respondentes referiu pretensões após a graduação em Administração como um projeto não só individual, mas também coletivo.

Eu pretendia ter a possibilidade de entrar no mercado de trabalho podendo assim realizar todos os meus objetivos pessoais como estabilidade e

independência financeiras, adquirir bens móveis e imóveis além de ascensão social. Porém hoje vejo a universidade como um instrumento de desenvolvimento como indivíduo. E com ela descobri vocações que me deixam plenamente feliz e satisfeita. Desejo trabalhar naquilo que gosto e poder compartilhar aquilo que aprendi e poder dar à oportunidade a outras pessoas de também se desenvolverem e crescer como indivíduo e profissionalmente. (Suj. 11).

Num dos discursos, uma respondente apontou, para além das pretensões profissionais, o projeto de trabalhar numa atividade que ela se identifique. Esta foi a única resposta a estabelecer algum tipo de relação com a atividade de trabalho em si mesma, sem mencionar os aspectos do trabalho assalariado ou do emprego.

Pretendo trabalhar com algo que eu goste e ser feliz profissionalmente (Suj. 7).

Dessa forma, as pretensões dos universitários questionados nesta pesquisa apontam para projetos individuais, assim como estratégias particularistas de inserção profissional, tal como identificado também na pesquisa de Ribeiro (2011).

Considerações finais

Finalmente, a partir das respostas analisadas nesta pesquisa, pode-se inferir que os projetos destes estudantes referem-se muito mais a projetos forjados pelo individualismo. Talvez pela iminência da formatura, os jovens questionados preocupam-se com a inserção laboral, acima de tudo. Apesar de realizarem sua formação universitária numa instituição pública, os projetos direcionados para o bem comum da sociedade não aparecem em suas pretensões universitárias.

O estudo aponta também a necessidade de se aprofundarem as pesquisas sobre a relação entre os a trajetória de egressos de cursos de Administração e sua inserção nas organizações de trabalho, sobretudo as multinacionais, que parecem permear o imaginário de vários estudantes, mesmo antes do ingresso na universidade.

É por isso que as pesquisas que elucidem as esquecidas e, também distorcidas, relações entre Educação e Trabalho são necessárias, ainda mais quando a se vive sob o “domínio do capital”, em que todas as esferas da vida dos sujeitos acabam submetidas a este valor. Sader (2008, p. 17) problematiza tais vínculos considerando a educação sob a égide da luta emancipatória:

não poderia senão restabelecer os vínculos – tão esquecidos – entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores -, somente aí se universalizará a educação.

Apesar das reflexões expostas ao longo deste trabalho, diversas questões ainda ficam sem respostas, principalmente aquelas relacionadas com o cotidiano dos jovens universitários. Questiona-se, portanto, de que maneira o jovem vivencia seus direitos enquanto cidadão ao longo do período universitário? E depois que o finaliza? Quais relações estes jovens estabelecem com a universidade, em particular as IFES? O que é a universidade para este jovem? Quais os motivos de ele ter buscado o ensino superior? E quando finaliza seus estudos superiores em uma IFES, como ele busca sua inserção laboral? Quais direitos e deveres ele considera possíveis de praticar? Será sábio de

seus direitos e deveres? Das políticas públicas que intermedeiam sua relação com o sistema educacional em nível superior?

Deste modo, continuar estudando as trajetórias sócio-profissionais de estudantes e bacharéis torna-se mister quando se vislumbra uma possibilidade de transformação social no âmbito da universidade pública. Pensar o acesso ao ensino superior, bem como sua ampliação, é fundamental, mas é necessário pensar também a permanência e a integralização do curso do alunado universitário (Vargas e Paula, 2013), sobretudo “na claridade da noite” (Furlani, 2001).

Referências:

Anderson (2012). O Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 11ª reimpressão.

Albrecht, Pricila Anny Tomachski; Krawuslki, Edite (2011). Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. v. 14, n. 2, pp. 211-226. Recuperado em 9 de maio, 2014, de <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25704/27437>

Brasil. Ministério da Educação [MEC] (2008). *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Coutinho, Maria Chalfin (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, pp. 189-202

D'Avila, Geruza Tavares. (2006). *O ensino superior como projeto profissional para “ser alguém”: repercussões de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

D'Avila, Geruza Tavares; Veriguine, Nadia Rocha; Basso, Claudia; Soares, Dulce Helena Penna (2011). Com estudo se consegue trabalho: razões para o ingresso no ensino superior de jovens de um cursinho popular. In: Raitz, T. R. (org.). *Os tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações*. 1 ed. Curitiba: CRV.

Gentili, Pablo (2005). Três teses sobre a relação Trabalho e Educação em tempos neoliberais. In: Lombardi, José Claudinei; Saviani, Dermeval; Sanfelice, José Luís (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 3ª Ed. Campinas/SP: Editora Autores Associados Ltda.

Gregório, José Renato Bez de; Rodrigues, Viviane de Souza; Mancebo, Deise (2012). Quando o Reuni aderiu à universidade. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 30, n. 3, pp. 987-1009, set/dez 2012.

Furlani, Lúcia M. Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Linera, Álvaro García. A construção do Estado. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*. N. 15, Nov, 2010.

Lisboa, Marilu Diez (2002). Orientação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: Soares, D. H. P.; Levenfus, R. S. (Org.). *Orientação Profissional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa*. Porto Alegre: Artmed.

Luna, Iuri Novaes (2008). *Reestruturação produtiva e a profissão de administrador empresas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Acesso em 14 de julho, de 2014, de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91937/263125.pdf?sequence=1>

Mészáros, István (2008). *A educação para além do Capital*. (Tradução Isa Tavares). 2ª Ed. São Paulo: Boitempo.

Motta, Fernando Claudio Prestes (1983). A questão da formação do administrador. *Rev. Adm. Empr.* Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, pp. 53-35 out./dez. 1983. Acesso em 14 de julho, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/rae/v23n4/v23n4a05.pdf>

Ribeiro, Marcelo Afonso (2011). Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro. v. 63, nº spe, pp. 58-70.

Rodrigues, José. (2006). Os empresários do ensino e a reforma da educação superior do governo Lula da Silva. *29ª Reunião Anual da ANPEd*. Caxambu. Recuperado em 06 de novembro, 2012, de <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-2023--Int.pdf>

Sader, Emir. Prefácio. In: Mészáros, István. *A educação para além do capital*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Salama, Pierre (2012). Para uma nova compreensão da crise. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 11ª reimpressão.

Sguissardi, Valdemar. (2008). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez.

Silva, Mariléia Maria da. Estratégias de sobrevivência: bolsa de iniciação científica, desemprego e precarização do trabalho entre os jovens. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 13, n. 3, 2010, p. 87-98, set./dez.

Vargas, Hustana Maria; Paula, Maria de Fátima Coste de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013. Acesso em 14 de janeiro, de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>

Veriguine, Nádia Rocha; Krawulski, Edite; D'Avila, Geruza Tavares; Soares, Dulce Helena Penna (2010). Da formação superior ao mercado de trabalho: percepções de alunos sobre a disciplina Orientação e planejamento de carreira em uma universidade federal. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*.n. 4, julho 2010.